
HELENA ROSETA
Arquitecta

Comentário à sessão

«Cidadania activa, movimentos sociais e democracia participativa»

181

E U coloco-me aqui na posição de cidadã com alguma experiência de processos de participação, com alguma actividade desenvolvida nessa área e, portanto, o meu testemunho é um comentário — digamos, não sou propriamente uma pessoa comum, porque as pessoas me conhecem, mas é desse ponto de vista que o vou colocar. Por outro lado, não posso desprender-me da minha condição de arquitecta — embora não seja uma arquitecta praticante — e tenho necessidade de pegar nestes conceitos todos e atirá-los para a terra, para o território, para o terreno, para o sítio, para o local, porque é assim que apreendo o mundo e é dessa maneira que eu tenho de me posicionar. E, portanto, quando falamos em cidadania activa, não podemos deixar de ligar a ideia de cidadania activa à ideia de cidade, e aquilo que eu peço, em primeiro lugar, é que a gente desça à terra e pensemos que as cidades hoje não são apenas o local onde vive a maioria da população do mundo — isto acontece pela primeira vez na história —, mas são também a causa da maior parte dos problemas ecológicos e de futuro que o nosso planeta tem. As cidades têm hoje aquilo a que se chama uma «pegada ecológica» que pode ser de dimensão quase plane-

tária. Isto faz com que os problemas de que nós estamos a falar — cidadania —, que muitas vezes, em certa maneira de ver, se orientam, sobretudo, para movimentos sociais, movimentos de protesto e movimentos locais, tenham sempre uma outra dimensão, que é uma dimensão planetária.

Não é apenas a globalização económica que está por detrás disto tudo, há também uma globalização territorial e há uma globalização das poluições que fazem com que este tema seja um tema planetário. Mas se é planetário é também um tema nacional, é um tema português. Eu queria mostrar um mapa que torna mais fácil perceber onde quero chegar. Trata-se de uma classificação feita pelo Instituto Nacional de Estatística sobre a repartição de freguesias urbanas, semi-urbanas e rurais em Portugal. O que me interessa é que vejam que a mancha cinzenta, intermédia, é dominante — aquilo a que o Instituto Nacional de Estatística chama hoje semi-urbanos e a que nós praticamente chamamos suburbanos. Portanto, quando nós estamos a falar em cidades, estamos ainda a falar de outra coisa: que há uma situação intermédia. A questão que eu vos queria colocar é esta: quando, em termos estatísticos, foi preciso inventar a classificação, que não existe em outros países europeus, das freguesias semi-urbanas — porque as nossas cidades são muito pequeninas e parecia mal nas estatísticas europeias pôr cidades tão pequeninas ao pé das outras enormes, e por isso inventou-se esta classificação intermédia —, aquilo que eu quero significar é que a maioria da população portuguesa nos últimos vinte anos se concentrou em locais que nem são cidades nem são campo — são qualquer coisa de intermédio, são qualquer coisa de suburbano, são qualquer coisa de semi-urbano, são qualquer coisa onde até física e urbanisticamente faltam muitas condições.

A questão que se coloca, relacionando com o nosso tema, é como exercer uma cidadania activa em semi-cidades ou em zonas que estão a caminho de vir a sê-lo, ou que as próprias pessoas nem sabem o que é que lhes falta para virem a ser cidades completas. E isto não acontece só nas zonas urbanas ou semi-urbanas, há hoje naquilo a que se chamava tradicionalmente campo em Portugal uma vida completamente urbana (por variadíssimas razões, o que eu não vou aqui desenvolver). Os movimentos de protesto também aí se podem verificar e eu apresento apenas um: singular, individual. Trata-se da construção de uma barragem no Alentejo e eu leio no cartaz aqui projectado: «construam-me,

porra!». É uma forma de protesto, em pleno campo, mas que tem a ver com esta atitude dos movimentos de protesto, que podem ser, em determinadas circunstâncias, canalizados pelos movimentos locais. Seja como for, o que nós temos na nossa frente é uma condição de vida e uma condição de quotidiano urbano ou semi-urbano marcado por contradições. Esta imagem de uma criança numa «lixreira» a olhar a cidade repleta de prédios mostra essas contradições: são os nossos quotidianos, são os nossos modos de vida. Eu, aliás, vi numa das comunicações uma expressão com a qual estou completamente de acordo: nós costumamos chamar a isto exclusão, o contrário de exclusão não acho que seja integração, é cidadania. Portanto, é entre estes dois pontos — entre a exclusão e a cidadania — que o nosso tema se coloca e que nós temos de encontrar as formas de aprofundar a democracia e dar aos novos actores um papel mais relevante.

Evidentemente que muitas das vossas comunicações analisam aquilo a que se chama os novos movimentos sociais, portanto, baseados nos novos problemas, e eu encontrei muito pouca informação sobre os chamados movimentos urbanos, os movimentos mais ligados ao território de cidade. Também não encontrei muita informação sobre os movimentos de mulheres — dentro dos novos temas é um dos que aparece com relevância nos outros países. Já sabemos que em Portugal muitos destes temas acabam por não ter grande desenvolvimento. Seja como for, a verdade é que nós assistimos em Portugal a esta situação paradoxal, que algumas das comunicações levantam: por um lado, não temos grande tradição de movimentos sociais — e não podemos esquecer o nosso passado, e o tempo em que uma ditadura nos impediu de mobilizar e fomentar a participação das pessoas —; e, por outro lado, aparecem situações com grande potencial mobilizador e que depois não têm continuidade, quer dizer, aparecem e desaparecem — há uma certa efemeridade nestas coisas. Por exemplo, no tocante ao caso das mulheres, não há nenhuma comunicação a falar deste tema em concreto, mas eu queria citá-lo: o problema das quotas, que é para mim um problema marginal no problema das mulheres, suscitou um eco enorme na comunicação social, nos *media*, na opinião pública — toda a gente se pronunciou se sim, se não, se talvez, se nem por sombras —, e, no entanto, não há outras coisas que são muito mais relevantes, que são muito mais importantes nos movimentos das mulheres, e ainda no ano passado tivemos essa experiência com a questão do refe-

rendo sobre a interrupção voluntária da gravidez, que registou uma participação extremamente reduzida.

Seja como for, há, de facto, sintomas de mobilização e há sintomas de movimentos importantes nalguns sectores da sociedade portuguesa. Penso que não podemos omitir o caso muito recente da co-incineração, que desencadeou realmente uma dinamização extremamente importante da opinião pública portuguesa. Julgo que isso está ligado também a uma nova geração e a uma nova atitude perante os problemas de cidadania: aquilo a que estamos a assistir é ao aparecimento de uma nova geração, quer dizer, não apenas os movimentos tradicionais operários e não apenas numa atitude burocrático-institucionalizada de cidadania como uma forma puramente de repartição, de repartições mais alegres, mais bonitas, com mais cartazes e mais etiquetas na lapela das pessoas, mas uma nova maneira *mesmo* de organizar a cabeça e olhar para as coisas.

Penso que é isso que poderá levar-nos a formas de cidadania activas que tenham — mesmo que se apliquem a causas pontuais, locais e específicas — uma visão global das questões em que se colocam. E isto tanto pode ser suscitado a nível de bairro, tanto pode ser suscitado a nível de vizinhança, a nível das solidariedades imediatas que se podem desenvolver, ou não, entre as pessoas, como pode ser suscitado por outras formas de espaço. Eu sei que tiveram hoje de manhã um painel, a que eu não pude assistir, sobre espaço público. Há uma comunicação no nosso painel sobre o espaço público na concepção de Habermas e a crítica a essa concepção, mas o espaço público no conceito filosófico, jurídico e, enfim, no conceito político; para mim, é difícil desligar esse conceito do espaço público real, do espaço público físico, do espaço público rua, do espaço público praça, do espaço público supermercado, do espaço público auto-estrada, do espaço público... de tudo aquilo onde nós circulamos. Sabemos que hoje o espaço público não é só esse espaço físico, é também o território da comunicação, é o território dos *media*; público, pelo menos, para quem pode ter acesso a ele, não naturalmente para quem define os seus conteúdos, e é também o novo espaço público da dimensão virtual, onde as coisas podem colocar-se com novas potencialidades de intervenção da cidadania.

É toda esta complexidade, toda esta pluralidade de espaços, toda esta pluralidade de públicos, toda esta pluralidade de assuntos, que um tema como este envolve. Eu gostaria de deixar aqui como pergunta adicional às muitas interrogações

que são formuladas nas várias comunicações, a seguinte: como é que nós podemos distinguir nestas situações que mobilizam a participação, o protesto, a reivindicação, ou a denúncia dos cidadãos, como é que nós podemos distinguir entre aqueles movimentos ou aquelas acções que são portadoras de uma cidadania mais profunda e, portanto, são portadoras de um avançar — do tal horizonte que também fala a Mónica Dias¹ — de um avançar para uma coisa que está adiante de nós ou, pelo contrário, se não pode acontecer também exactamente o inverso, e algumas das comunicações chamam a atenção para isso.

185

Há ambiguidades por detrás deste processo da participação que fazem com que alguns movimentos de protesto, alguns movimentos de mobilização das pessoas tenham um conteúdo extremamente anti-cidadania. Enfim, os mais conhecidos, e normalmente invocados, são aqueles que dizem respeito a situações de conflitos étnicos em algumas localidades do nosso país. Ainda na semana passada eu lia no jornal, na área de Lisboa, um outro caso que também coloca o mesmo tipo de questão: um bairro inteiro que se mobilizava junto da Câmara Municipal, para impedir que uma casa mortuária ficasse onde está, na proximidade da entrada do bairro, porque entendeu que era muito desagradável para as crianças verem passar as carretas funerárias. Até que ponto e de que modo é que a democracia pode lidar com este género de movimentos, em torno deste tipo de questões, que têm a ver com uma concepção provavelmente individualista, ou pelo menos bairrista, de determinados problemas? Quer dizer, as pessoas são livres de apresentar as mais diversas posições, mas como é que se lida com situações deste género, em que a força do protesto é no sentido exactamente oposto àquilo que se acha que deveria ser a intervenção da cidadania? Era uma das contradições que gostaria de aqui deixar para o nosso debate.

Gostaria de terminar colocando uma última questão: além de tudo mais, há ainda um factor que é sempre imponderável, que é o factor de cada ser humano poder ter, em todos os momentos da sua actuação, comportamentos imprevisíveis e, em determinadas circunstâncias de funções ou cargos que desempenha, esses comportamentos poderem afectar muita gente. De facto, por mais que nós tentemos teorizar e analisar, há sempre uma margem de imprevisibilidade que pode alterar o processo em que estamos envolvidos. ■

¹ «Na fronteira da cidadania».